Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.79885
ARTIGO

MINHA FAMÍLIA, A FAMÍLIA DOS OUTROS E TODAS AS OUTRAS COM SEUS/SUAS FILHOS/AS/ES NA ESCOLA PÚBLICA

MY FAMILY, OTHER PEOPLE'S FAMILIES, AND ALL THE OTHERS WITH THEIR CHILDREN IN PUBLIC SCHOOL

MI FAMILIA, LAS FAMILIAS DE LOS OTROS Y TODAS LAS DEMÁS FAMILIAS CON SUS HIJOS/AS EN LA ESCUELA PÚBLICA

Juliana Ribeiro de Vargas[1] 0000-0002-2959-7889
Carin Klein[2] 0000-0002-1455-4413
Fernando Seffner[3] 0000-0002-4580-6652

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; julivargasufrgs10@gmail.com
[2] Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; carinklein31@gmail.com
[3] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; fernandoseffner@gmail.com

RESUMO:

O artigo situa os embates da fronteira família e escola no quadro macropolítico do neoconservadorismo e do neoliberalismo, no contexto contemporâneo brasileiro. Nessa fronteira, o artigo focaliza as ações de dois coletivos em rede nacional de mães de crianças e jovens LGBTI+, e examina os materiais produzidos por tais coletivos. Os materiais incidem em torno da acolhida, do direito à educação, dos discursos humanos e da resistência às políticas discriminatórias. Articulam discursos e proposições pedagógicas que tanto se utilizam dos valores que tradicionalmente definem as mulheres mães – cuidado, acolhida, proteção, segurança, dedicação ao outro – como se utilizam de conceitos presentes no ordenamento jurídico brasileiro, tais como igualdade de direitos, educação democrática, liberdade de ensinar, direito de aprender, direitos humanos. Com isso, tais coletivos inovam na luta política na fronteira escola e família, trazendo elementos para pensar produtivas resistências, valorização da diversidade e um efetivo cumprimento do direito à educação.

Palavras-chave: família; escola; grupos vulneráveis; neoconservadorismo; neoliberalismo.

ABSTRACT:

The article situates the tensions at the family–school boundary within the macropolitical framework of neoconservatism and neoliberalism in the contemporary Brazilian context. Within this boundary, it focuses on the actions of two nationwide networked collectives of mothers of LGBTI+ children and young people and examines the materials produced by these collectives. These materials focus on welcoming, the right to education, human discourses, and resistance to discriminatory policies. They articulate pedagogical discourses and propositions that draw both on the values traditionally attributed to women as mothers – care, welcoming, protection, safety, dedication to others – and on concepts present in the Brazilian legal system, such as equal rights, democratic education, freedom to teach, the right to learn, and human rights. In doing so, these collectives introduce innovative forms of political action at the family-school boundary, offering elements for reflecting on productive forms of resistance.

RECEBIDO: 31/07/2026 **APROVADO**: 23/09/2026 **PUBLICADO**: 17/11/2026

Keywords: family; school; vulnerable groups; neoconservatism; neoliberalism.

RESUMEN:

El artículo sitúa las tensiones en la frontera entre la familia y la escuela en el marco macropolítico del neoconservadurismo y el neoliberalismo, en el contexto brasileño contemporáneo. En esa frontera, el artículo centra su atención en las acciones de dos colectivos en red de ámbito nacional formados por madres de niños, niñas y jóvenes LGBTI+, y examina los materiales producidos por dichos colectivos. Estos materiales inciden en torno a la acogida, el derecho a la educación, los discursos humanos y la resistencia a las políticas discriminatorias. Articulan discursos y proposiciones pedagógicas que se valen tanto de los valores que tradicionalmente definen a las mujeres madres –cuidado, acogida, protección, seguridad, dedicación al otro– como de conceptos presentes en el ordenamiento jurídico brasileño, tales como igualdad de derechos, educación democrática, libertad de enseñar, derecho de aprender, derechos humanos. De este modo, estos colectivos innovan en la lucha política en la frontera entre la escuela y la familia, aportando elementos para pensar formas productivas de resistencia.

Palabras clave: familia; escuela; grupos vulnerables; neoconservadurismo; neoliberalismo.

Em nome da família

Família
É aquele que ajuda o irmão
Dá a mão pra quem tá caído no chão
Dá conselho pro outro se levantar
(Família, 2018)

Família brasileira, dois contra o mundo
Mãe solteira de um promissor vagabundo
Luz, câmera e ação, gravando a cena vai
Um bastardo, mais um filho pardo sem pai
(Negro Drama, 2002)

O contexto da vida pública brasileira do nosso tempo, em sintonia com aquele de outros países da América Latina, revela a vigorosa presença de forças políticas e partidárias com discursos de extrema direita, e até mesmo com a utilização de simbologia cultural própria do fascismo histórico. A instituição familiar tem papel central nos discursos desses grupos, e é acerca dela que produzimos a questão de pesquisa deste artigo: que estratégias discursivas são acionadas por dois coletivos de mães de LGBTI+ que, utilizando a gramática familiar, buscam por valorização da diversidade, inclusão e reconhecimento de crianças e jovens em dissidência de gênero na cultura escolar. O caminho que nos levou à construção dessa questão está desenvolvido de modo mais detalhado após esta introdução do atual panorama macropolítico. O cenário político contemporâneo pode ser entendido como uma articulação entre o ideário social neoconservador e o ideário econômico neoliberal. O ideário social neoconservador enfatiza o protagonismo da família na estruturação da sociedade e, dentro dela, o protagonismo do homem, retomando valores claramente patriarcais. Os discursos e as proposições de políticas

públicas dos agentes do neoconservadorismo revelam profundo antagonismo com as demandas de igualdade e de conquista de direitos individuais e coletivos dos grupos vulneráveis – pessoas negras e pardas, grupos LGBTI+, mulheres, migrantes, populações pobres e periféricas. Associado a esse código de valores, e amplificado pelos princípios e pelo ativismo político das extremas direitas, temos a ênfase no discurso da meritocracia (Sandel, 2020), que supõe uma sociedade de oportunidades iguais para todos e todas e enfatiza a responsabilidade individual pelo sucesso e a punição individual pelo fracasso.

A ênfase na meritocracia e no sucesso pessoal estimula certa ética dos estudos e do mundo do trabalho que exacerba a competição entre os indivíduos, divididos entre ganhadores e perdedores. A cultura escolar deixa de apostar no acolhimento, na inclusão, na igualdade, na solidariedade e na entreajuda e passa a copiar os preceitos da livre concorrência, com impactos negativos em particular para os estudos e o enfrentamento das questões em gênero e sexualidade (Seffner; Barzotto, 2024). O ideal meritocrático desconhece ou, mais propriamente, nega, o robusto conjunto de dados estatísticos que aponta para um regime histórico de forte desigualdade econômica, social, racial, geracional, de gênero, de sexualidade e de representação na sociedade brasileira (Seffner, 2023). Nega também os impactos de tais desigualdades no acesso à escola e no desempenho das trajetórias escolares, gerando comprovadas dificuldades de permanência e de aprendizagem nos grupos mais vulneráveis, conforme se discute em Seffner e Saturnino (2025). Coerente com tais posturas conflitivas em relação às demandas sociais dos grupos vulneráveis, o ideário neoconservador aposta na justiça punitiva e na polícia que mata pessoas preferencialmente a partir dos marcadores de classe, raça, orientação sexual, geração, elegendo como alvo prioritário os jovens meninos negros. Outro elemento que integra com destaque o ideário neoconservador é a aliança com as confissões religiosas neopentecostais e fundamentalistas, que apostam na figura de um deus punitivo, quando não vingativo, enfatizam os princípios da teologia da prosperidade em sintonia com o ideal meritocrático, e desenham um tipo padrão de família que todos e todas deveriam formar. Tais atitudes e valores comprometem o caráter laico da educação pública, e trazem consequências importantes para a possibilidade, ou não, da abordagem de questões em gênero e sexualidade na sala de aula.

O ideário neoliberal se alicerça no princípio de que a vida econômica funciona do melhor modo quando se deixam os operadores dos mercados atuarem com a mais ampla liberdade. Isso implica baixa, ou nula, regulação por parte do Estado, a depender da variante ideológica neoliberal que se adote. Embora com variações, há um conjunto de princípios que marcam o neoliberalismo, todos eles com consequências específicas para a escola pública. A

ideia de livre mercado, funcionando pela movimentação da oferta e da demanda, e como princípio aplicável a todas as atividades na sociedade, carrega consigo a proposição de transformar tudo em mercadoria. A educação é então vista como uma mercadoria (commodity na linguagem dos mercados). O conhecimento é visto como composto por competências e habilidades (tais quais bens), e o conhecimento que uma pessoa adquire é nomeado como seu capital humano. A linguagem dos mercados invade o campo educacional. O princípio da livre iniciativa, marca maior do funcionamento dos mercados, se associa ao da livre concorrência, e com isso estimula a noção de empreendedorismo de si e de competição. Essa combinação de valores toma conta da cultura escolar, e estimula a competição, vista como o melhor modo de produzir conhecimento e inovação.

A propriedade privada é considerada um direito fundamental no âmbito tanto do pensamento liberal quanto no do neoliberalismo. A noção de propriedade se associa – ou se confunde – com as noções de investimento e riqueza, e reforça a percepção de que o conhecimento e os saberes são propriedades individuais, que têm seu maior valor na medida em que podem ser capitalizadas e produzir lucros. Tal concepção gera igualmente impactos na cultura escolar, onde o saber é algo para ser partilhado e compartilhado. O Estado é visto como um garantidor de direitos, em particular a proteção dos direitos de propriedade, os direitos assegurados em contratos entre indivíduos e empresas, o direito de manutenção da estabilidade econômica e da ordem. O Estado não é visto como instituição ligada ao bem-estar das populações. O bem-estar é algo a ser providenciado pelos indivíduos, na compra e venda de bens e serviços nos mercados. A transformação dos bens e serviços em mercadorias estimula as propostas de privatização, o que atinge o campo da educação pública. No sentido de estimular a livre concorrência, o desejável é um Estado que atue na desregulamentação das normas e dos controles. Decidir se um bem ou um serviço tem qualidade é algo que fica a cargo dos mercados. As noções de austeridade e responsabilidade fiscal são levadas ao extremo, particularmente no controle dos gastos públicos, dentre os quais se incluem os gastos em educação, bem como em saúde, previdência e segurança.

Em resumo, o ideário neoliberal traz consigo uma proposta educacional, de produção de subjetividades, marcada pelos valores da liberdade econômica, da autonomia individual, da responsabilidade individual, da eficiência, da competitividade e da meritocracia. O receituário neoliberal, em aplicação desde os anos 1970 e 1980, vem ampliando as desigualdades, incrementando a concentração de riqueza e aumentando a distância entre ricos e pobres, o que se pode verificar em diversos relatórios (Oxfam Brasil, 2024; 2026; Boulos; Rocha, 2026). Esse

processo traz produção de desigualdades também para os marcadores gênero e sexualidade, relacionados ao tema família, que aqui vamos tratar, conforme se apresenta nos relatórios anuais sobre a desigualdade de gênero (World Economic Forum, 2026). Os elementos citados acima, de ordem econômica e social, trazem muitas consequências para os regimes democráticos, e ajudam a explicar a crise das democracias liberais, tópico amplamente tratado na literatura da ciência política (Levitsky; Ziblatt, 2018; Miguel; Ballestrin, 2025; Mounk, 2019). O principal problema está na tensão entre três eixos: a) o exercício da democracia, governo baseado em eleições livres e na soberania popular, de caráter laico e republicano com propostas de inclusão e proteção dos grupos vulneráveis; b) regime neoliberal, com ênfase muito forte na proteção dos direitos individuais e com propostas de privatização de funções do Estado; c) regime capitalista, com ampliação crescente da concentração da riqueza nas mãos de poucos.

O quadro macropolítico traçado acima nos permite situar a questão de pesquisa que vamos analisar neste artigo, fruto da articulação dos projetos individuais de pesquisa do autor[1] e das autoras[2]. O caminho para chegar até ela segue descrito nos parágrafos a seguir. A passagem de um Estado de Bem-Estar para um Estado mínimo e pouco regulador, na sociedade brasileira marcada pelos valores do neoconservadorismo e do neoliberalismo, traz profundos e diversos impactos ao campo da educação pública. Recortamos neste campo da educação pública uma fronteira muito específica: aquela que envolve negociações entre famílias e escolas. Assumimos que, ao longo da Educação Básica, que no Brasil inicia aos 4 anos com o ingresso na Educação Infantil e se conclui aos 18 anos com a finalização do Ensino Médio, o sujeito é simultaneamente um filho ou filha (por conta da relação com a família), um aluno ou aluna (por conta da relação com a escola) e, na grande maioria dos casos, um crente de alguma confissão religiosa, em geral aquela herdada de pai e mãe. Tal situação envolve um conjunto de negociações, por conta das especificidades de cada pertencimento. A fronteira família escola tem sido aquela de maiores atritos pelas pressões das extremas direitas, particularmente quando os temas em estudo na escola são aqueles relacionados a gênero e sexualidade, mas não apenas estes. É então em nome "da família", assim mesmo, no singular, que os movimentos de cunho conservador, de extrema direita e de religiões fundamentalistas desejam impedir que a escola trate de temas relacionados aos corpos, aos gêneros e às sexualidades. Isso é particularmente

[1] Projeto *Processos culturais e pedagógicos de governamento das relações de gênero e sexualidade no âmbito da cultura escolar: reiterações e transgressões da norma*, processo 309670/2021-7, Modalidade/Nível: PQ-2, Edital/Chamada: Chamada CNPq Nº 4/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ.
[2] Projetos *Interfaces entre políticas públicas, tecnologias digitais e a produção de infâncias, juventudes e famílias*; e *Programa Acelera e Ensino Médio: mapeando trajetórias de jovens estudantes*, Edital FAPERGS 08/2023 Auxílio recém-doutor ou recém-contratado – ARD/ARC.

visível nos movimentos intitulados "ideologia de gênero", "escola sem partido", "escola sem pedofilia", "escola sem pornografia", "de olho no livro didático" e suas variantes com denominações locais.

Nessa fronteira de disputas entre valores e práticas das famílias e valores e práticas da cultura escolar, com a pertença religiosa de entremeio, localizamos que a extrema direita valoriza a família como ente legítimo para questionar a escola, mas fala sempre em família no singular. O modelo familiar adotado pela extrema direita é aquele da família monogâmica, patriarcal, de origem judaico-cristã em matéria de pertencimento religioso, de classe média e, no caso brasileiro, tipicamente urbana do Sul ou Sudeste. Entretanto, o protagonismo familiar na fronteira de disputas entre família e escola também é habitado por outros modelos de família. Localizamos dois movimentos sociais, de alcance nacional, que disputam esta zona de embate na fronteira entre família e escola. São eles o Mães da Resistência e o Mães pela Diversidade. Buscamos neste artigo conhecer melhor as disputas nesta fronteira, pela voz destes dois movimentos, e em contraposição ao conjunto de iniciativas da extrema direita que, em nome da família, busca impor condições de estudo e ação no interior da escola pública brasileira, afetando a autonomia escolar e a liberdade de ensinar, princípios da Constituição Federal de 1988.

De modo a dar conta do investimento analítico, este artigo se organiza em três tópicos, a partir desta introdução. No próximo tópico, abordamos o tema da família no interior do neoliberalismo e do neoconservadorismo, a partir de estudos acadêmicos, buscando entender como, a partir do recuo do Estado de Bem-Estar Social, as funções da família se reconfiguram. Buscamos também entender neste tópico como as famílias se modificaram em sua composição, duração das uniões e estrutura interna, com dados dos recenseamentos no Brasil. No tópico seguinte, apresentamos e descrevemos os dois movimentos que tomamos como material de análise, utilizando produções oficiais do Mães da Resistência e do Mães pela Diversidade, bem como notícias e outras informações acerca de suas ações. Buscamos saber de suas proposições, de seus embates, e dos modos pelos quais tais movimentos entendem e investem na relação escola e família, estabelecendo contraste com as estratégias das extremas direitas ao pensar a relação entre família e escola. No quarto e último tópico, à moda de considerações finais, analisamos possibilidades e perigos nesta zona de fronteira entre família e escola, em sintonia com a ideia básica de que as duas instituições, família e escola, são dotadas de autonomia e buscam, em regime de cooperação, a educação das crianças e dos jovens.

Famílias e escolas em contexto neoliberal e neoconservador

> Art. 3º Para comemorar condignamente o dia do professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias (Brasil, 1963, p. 8665).

O propósito deste tópico é reunir informações acerca do caráter e das funções das instituições família e escola no contexto político e econômico atual, marcado pelos valores do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Interessa conhecer mais de perto o conjunto de demandas e pressões que recai sobre as organizações familiares, bem como as formas pelas quais elas respondem a essas exigências. Do mesmo modo, importa conhecer as expectativas sociais e as políticas educacionais que regulam contemporaneamente a escola pública brasileira, de modo a compreender as disputas que se estabelecem na fronteira entre essas duas instituições. Tais informações servirão de subsídios para a análise de nosso material empírico, constituído por relatos de ações, cartilhas, manuais, manifestos, demandas, proposições de políticas públicas e outros elementos, visuais ou escritos, produzidos por duas organizações que, em nome das famílias, pressionam as escolas: Mães pela Diversidade e Mães da Resistência. Compreender a família e a escola é, portanto, necessário para analisar os embates que ocorrem na fronteira entre elas. Comecemos pelas famílias. O título deste artigo aponta para uma lista de arranjos e agrupamentos reconhecidos como família nos dias de hoje. Essa listagem pode ser rapidamente ampliada quando observamos atentamente as práticas já correntes na sociedade brasileira: família indígena ou dos povos originários, família nuclear, família homoparental, família unipessoal, família interespécies ou multiespécie, família trisal, família interracial, família adotiva, família extensa por conta de agregados, família recomposta, família homoafetiva etc. As forças conservadoras, conforme já abordamos no tópico anterior, elegem um único modelo de família como verdadeiro. A tradição do pensamento conservador sempre conferiu à família, no singular, católica e de feição ocidental monogâmica, um papel de grande destaque (Scruton, 2019).

A família é tomada, na tradição conservadora, como sendo “a base da sociedade”, expressão largamente utilizada na obra de um dos fundadores desta linha de pensamento (Burke, 2017). De uso corrente até hoje, essa expressão sugere que a qualidade de uma sociedade é medida principalmente pela forma como suas famílias se organizam. Podemos, entretanto, adotar outra perspectiva, propondo que a qualidade de uma sociedade seja avaliada pelas práticas democráticas que ela adota, pela ausência de desigualdades em sua estruturação ou, ainda, pela qualidade do espaço público que mantém. Persiste, contudo, uma tradição originada no pensamento conservador que estabelece uma conexão direta entre a qualidade da

sociedade e sua base, supostamente constituída pela família, no singular. Compreender a família como base da sociedade implica considerá-la uma instituição anterior à própria sociedade, o que é discutível, pois pressupõe imaginar um momento mítico em que muitas famílias já existiriam sem constituir uma sociedade e, posteriormente, teriam decidido se unir para formá-la. É mais provável que o surgimento do que hoje chamamos de família e do que denominamos sociedade tenha ocorrido simultaneamente, com interferências recíprocas entre ambas, cada uma exercendo tensões sobre a modelagem da outra. A sociedade define o que considera família e lhe atribui funções, encargos, direitos e limites. Por sua vez, as pessoas que vivem em sociedade, ao buscarem soluções para o cuidado dos filhos e para a manutenção duradoura das uniões amorosas, tensionam os limites estabelecidos pela estrutura social e produzem novos modelos de agrupamentos em torno da noção de família. A noção de família como base da sociedade traz outro problema, que é aquele de imaginar a família como uma modalidade de organização coletiva a-histórica. Ou seja, situada fora da construção histórica e humana, algo como existente desde sempre, e que deve assim ser conservado.

São as conexões entre família e pertencimento religioso que produzem essa concepção de algo situado fora do tempo, existente desde que o mundo é mundo por vontade de um deus. A origem divina da família é sustentada por grande número de confissões religiosas. Para pensar o caso brasileiro, convém examinar a vasta documentação da Igreja Católica sobre o tema, em particular as encíclicas. Um exemplo de tal tipo de documento é a Carta do Papa João Paulo II às Famílias (João Paulo II, 1994), difundida em 1994, o Ano da Família, segundo o catolicismo. Ali não apenas está afirmada a origem divina da família, mas tal tese é sustentada pela autoridade de Deus. A família é definida como instituição sagrada, santuário da vida, patrimônio da humanidade, fruto dos desígnios de Deus e indissoluvelmente ligada à noção de matrimônio. Em "Familiaris Consortio" se afirma que "o matrimónio e a família estão interiormente ordenados a complementarem-se em Cristo, e têm necessidade da sua graça para serem curados das feridas do pecado" (João Paulo II, 1981, p. 2). Essa concepção ajuda a compreender um comentário recorrente quando se examinam dados censitários sobre a situação da família brasileira, expresso na conhecida frase "a família brasileira não é mais a mesma, ela mudou". Tal comentário envolve duas afirmações problemáticas. A primeira consiste em dizer que a família não é mais a mesma, sugerindo que, em algum momento do passado, ela teria sido "a mesma". Essa afirmação é feita sem que se defina em relação a que ela era "a mesma", o que indica o recurso a um elemento trans histórico que dispensaria explicações e encontra sustentação no raciocínio religioso que concebe a família como presente de Deus. A segunda

afirmação problemática consiste em dizer "a família agora mudou", como se ela não estivesse permanentemente submetida a processos de mudança e adaptação, respondendo a um conjunto de tensões e demandas próprias de cada contexto histórico específico.

A escola pública, tal como a conhecemos hoje, é uma instituição que claramente tem história, até mesmo indícios de uma data de nascimento, a Revolução Francesa. A escola é reconhecidamente uma instituição que foi criada e se modifica por vontade humana, e ao sabor de pressões políticas. Uma das razões dos atritos envolvendo pertencimento religioso, família e escola está dada por esse pano de fundo, no qual dois entes são considerados sagrados, religião e família, e um deles é obra humana mutante, a escola (Seffner; Vargas; Klein, 2025).

Os dados do recenseamento geral realizado no Brasil em 2022 trouxeram informações que permitem compreender os rumos que as famílias brasileiras vêm tomando no contexto histórico atual, especialmente quando cotejados com os levantamentos anteriores (Brasil, s.d.b). O recenseamento parte do conceito de unidades domésticas, assim definidas: "A unidade doméstica refere-se ao conjunto de pessoas que compartilha um domicílio particular, organizando-se individualmente ou em grupo para assegurar alimentação e outros bens essenciais à sua subsistência" (IBGE, 2025, p. 57). Nessas unidades domésticas, foram identificados os seguintes arranjos familiares: casais com filhos; casais sem filhos; casais sem filhos e com parentes, casais com filhos e com parentes; mulher sem cônjuge com filhos; mulher sem cônjuge com filhos e com parentes; homem sem cônjuge com filhos; homem sem cônjuge com filhos e com parentes. Considerando esses agrupamentos, os dados mostram que as famílias formadas por casais com filhos deixaram de constituir a maioria no Brasil. O percentual de casais com filhos caiu de 49,6% para 41,8% entre 2000 e 2022. No mesmo período, também houve redução dos casais com filhos e parentes, quando comparados os dois últimos censos. Em contrapartida, os casais sem filhos, tanto aqueles que vivem apenas entre si quanto os que vivem com parentes, representam o arranjo familiar que mais cresceu, passando de 13,8% em 2000 para 26,9% em 2022. Observou-se, ainda, um aumento das famílias monoparentais, formadas por apenas um ou uma responsável e seu filho ou seus filhos. As unidades domésticas em que habitam mulheres sem cônjuge e com filhos correspondiam a 16,5% do total de famílias em 2022. Confirmando uma tendência já observada em censos anteriores, nas unidades domésticas em que a mulher é a principal responsável financeira, o índice passou de 38,7% em 2010 para 49,1% em 2022, praticamente se igualando ao percentual dos lares chefiados por homens (50,9%). Esse último dado evidencia a importância da escola de turno integral, na qual a criança ou o jovem pode permanecer durante todo o dia, realizando ali quatro refeições.

O número de unidades domésticas ocupadas por famílias homoafetivas, formadas por um casal do mesmo sexo que mantém uma relação afetiva estável, com ou sem filhos, passou de 58 mil para cerca de 480 mil casais entre os censos de 2010 e 2022. Com esse quantitativo, tais famílias representam hoje cerca de 0,7% das unidades domésticas brasileiras. Outro dado relevante para pensar os diálogos e as negociações entre família e escola diz respeito ao aumento do nível de escolaridade dos responsáveis pelas famílias: o percentual de chefias familiares com ensino superior completo passou de 6,2% para 17,4% entre 2000 e 2022. Na linguagem católica e conservadora, a família tem uma relação direta e necessária com matrimônio e geração de filhos.

Conforme os dados do Observatório Nacional da Família sobre casamentos e uniões estáveis (Brasil, s.d.a), verifica-se que a idade média ao se casar vem aumentando progressivamente, situando-se hoje em torno dos 30 anos. A frequência de casamentos em uma população durante determinado período, denominada taxa de nupcialidade, vem diminuindo de maneira firme e contínua, assim como o número absoluto de casamentos. Por outro lado, tanto as uniões estáveis registradas quanto o número de recasamentos apresentam crescimento contínuo e consolidado. Diminui progressivamente a duração média dos casamentos, enquanto aqueles com duração inferior a um ano crescem de modo exponencial. Retomando o título deste artigo, pode-se dizer que a criança vai à escola para aprender, entre outras coisas, que o modelo de sua família é apenas um entre muitos. A escola pública brasileira é um território de diversidade em termos de arranjos familiares, assim como de outros marcadores sociais da diferença, como gênero, orientação sexual, classe social, raça, deficiência, pertencimento religioso, origem regional, valores políticos e pertencimento partidário. Perceber a diversidade do mundo representa um ganho cognitivo, que contribui para a compreensão tanto da vida individual de cada um e cada uma quanto das diferentes formas de viver em sociedade. Falas como “a minha família é uma família normal”, ou então “a minha família é uma família de verdade” são confrontadas, na escola, com a experiência da diversidade, própria do espaço público.

Tendo em vista o escopo deste artigo, nossa abordagem da escola privilegiará os seguintes aspectos: a trajetória escolar como percurso de aprendizagem no e acerca do espaço público e das políticas públicas de caráter republicano que regem esse espaço e requerem a participação cidadã (Sposito; Carrano, 2003); a trajetória escolar como possibilidade de aquisição do conhecimento científico e dos modos e meios pelos quais a racionalidade científica explica o mundo em todas as áreas do conhecimento (Albuquerque; Negrão, 2021); a trajetória

escolar como momento de socialização com outras crianças e jovens, em processos de sociabilidade e aprendizagem com a diferença e a diversidade (Sposito, 2003); e a trajetória escolar como oportunidade de estabelecer relações com professores e professoras, adultos de referência que atuam na implementação de uma política pública de educação (Seffner, 2016).

Com a ampliação massiva da inclusão escolar após a Constituição Federal de 1988 e o avanço atual da implantação da escola de turno integral, a trajetória escolar passou a desempenhar um papel central na produção da condição infantil e juvenil contemporânea. Ela constitui um caminho de articulação entre a cultura escolar – o conjunto de regras, conhecimentos e modos de ensinar que caracteriza a instituição escola; o cotidiano escolar – a vida escolar em seu conjunto de acontecimentos e relações, incluindo os processos de sociabilidade, aqui entendida como relação entre pares e os processos de socialização, compreendidos como relação com as regras do espaço público; e as culturas juvenis – que abrangem o amplo conjunto de agrupamentos, tribos, culturas e subculturas que oportunizam diferentes caminhos para viver as infâncias e as juventudes.

Assim como ocorre com a família, não há uma infância única, tampouco um único caminho para viver a condição juvenil. A trajetória escolar oferece a oportunidade de conhecer os muitos modos de viver a infância e as diversas maneiras de se constituir enquanto jovem. A escola é o território onde sentam, lado a lado, e por muitos anos, um garoto gay ao lado de uma menina evangélica; um rapaz branco e loiro ao lado de uma menina negra; um jovem praticante de religião afro-brasileira ao lado de uma jovem que pouca importância liga para a religião; um aluno com deficiência visual severa no interior de uma classe de outros alunos e alunas que enxergam perfeitamente. É na escola que um garoto descobrirá o valor de pertencer a um coletivo de futebol, enquanto uma menina descobrirá que ela também gosta de futebol e irá lutar para praticar tal modalidade esportiva. Ao longo do Ensino Médio, os e as jovens irão se envolver em coletivos de discussão política, dividir-se entre as preferências por este ou aquele cantor ou cantora e aderir a diferentes formas de pertencimento político, partidário ou não. Essa convivência com as diferenças tem profundo valor cognitivo e educativo, pois permite compreender a complexidade do mundo social.

Em diálogo com esse horizonte de relações sociais, os e as jovens entrarão em contato com um amplo conjunto de conhecimentos, abrangendo todas as áreas da ciência. A alfabetização científica caminha junto com a percepção da complexidade do mundo social, o que permite afirmar que "A ciência deve reatar com a consciência política e ética" (Morin, 1996, p. 10). O aprendizado escolar não ocorre exclusivamente no campo da ciência, tampouco

se restringe ao terreno da sociabilidade; ele se desenvolve no diálogo entre esses dois territórios. Isso permite afirmar que as juventudes se constroem, ao longo da trajetória escolar, em relação com processos sociais amplos, como a democratização política, as transformações culturais e as mudanças nas formas de participação social (Sposito, 2003, p. 22). Professores e professoras coordenam e auxiliam todo esse processo, sendo aqui compreendidos como adultos de referência, servidores públicos e profissionais da educação, cujo direito à liberdade de ensinar e ao exercício da pluralidade de concepções pedagógicas é assegurado pela Constituição Federal. São esses e essas profissionais que garantem, na prática, que a educação seja um direito fundamental de todos e todas.

Ainda seguindo o que diz a Constituição Federal brasileira, educar as novas gerações é tarefa conjunta do Estado, da família e da sociedade. Cada um desses entes dispõe de autonomia, a qual, no caso da escola, também é assegurada pelo nosso ordenamento jurídico. A escola pública brasileira não é a continuação da família, assim como a professora não é uma substituta da mãe (Seffner, 2016). Na escola, a criança ou o jovem entrará em contato com conhecimentos que podem divergir daquilo em que sua família acredita. Também conviverá, lado a lado, com jovens de outra cor da pele, de outro pertencimento religioso, de outra orientação sexual e de outros valores políticos. Nessa convivência, aprenderá como se produzem a diferença e a identidade. Aquilo que sou, a minha identidade, é algo que se produz sempre em relação ao que não sou – a diferença. Não é necessário transformar quem é diferente de mim em meu inimigo. Somos apenas diferentes e, assim como ele ou ela é diferente de mim, vale lembrar que, para ele ou ela, eu é que sou diferente.

A trajetória escolar é ampliação da compreensão da complexidade do mundo, para muito além dos limites do pertencimento familiar. A trajetória escolar é também preparação para o mundo do trabalho e para o futuro, com a ajuda dos conhecimentos científicos e segundo as regras de convívio no espaço público republicano, asseguradas por nosso ordenamento jurídico. A trajetória escolar é oportunidade de exercício da solidariedade genérica (Safatle, 2020), aquela que praticamos com pessoas que "não são como nós". Uma coisa é a solidariedade com o outro, porque ele é da nossa família. Outra coisa é se alegrar com as conquistas da outra pessoa, mesmo que esta outra pessoa não leve uma vida como a minha nem tenha comigo laços de sangue, mas simplesmente pelo paradigma dos direitos humanos, porque ela é um ser humano. O conceito de solidariedade genérica (Safatle, 2020) fala de um afeto político universal, que assume que só existimos no mundo por conta de uma interdependência radical entre sujeitos. Esta percepção, de que minha vida depende de pessoas que eu nem sei quem são,

de que a minha identidade se constrói em negociação com a identidade de outras pessoas com as quais não guardo relações próximas, lembra o conceito de precariedade (Butler, 2019), que enfatiza que não somos autossuficientes, somos dotados de elevado grau de vulnerabilidade. A trajetória escolar é fundamental para o aprendizado da vida em sociedade, da noção de cidadania, das dinâmicas de acolhimento e inclusão, do conhecimento dos efeitos negativos das desigualdades de toda ordem.

Mães pela Diversidade, Mães da Resistência: o que podem as mães?

A informação também acolhe
(Mães pela Diversidade, 2025, n.p.).

Na perspectiva de pensarmos educação, gênero e sexualidade, sabemos o quanto concorrem movimentos em direções opostas. De um lado, ampliam-se as lutas e as conquistas de direitos em torno das causas LGBTQIAPN+ e, de outro, como já indicamos, proliferam discursos políticos-conservadores de retorno à família tradicional (Seffner; Vargas; Klein, 2025), discursos esses que responsabilizam as famílias, por meio das mulheres. Ou seja, de que a mulher-mãe volte a priorizar e exercer a educação e o cuidado dos/as filhos/as, assim como, um suposto lugar tomado como natural e domiciliar na família.

Por meio dos discursos do senso comum, da mídia, religiosos (e até escolares), evidenciamos o quanto as falas sobre as maternidades associam-se às normas de gênero, posicionando-as como protetoras, provedoras e que devem abdicar de si, em nome da família. No entanto, as maternidades podem ser pensadas nessa direção, mas também serem compreendidas e vividas como complexas, diversas, ambíguas–mulheres podem arrepender-se da maternidade, (não amar) abandonar e desestabilizar noções idealizadas. Porém, naturalizamos que se sintam convocadas a lutar pelos/as seus/suas filhos/as, que ajam pelo fim da violência, que formem grupos para servir de rede de apoio a outras mulheres e famílias, assim como em dar voz às dores coletivas, às injustiças, às arbitrariedades do Estado e ao desrespeito. Como discutem Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), as mães são comumente investidas de autoridade moral em contextos contemporâneos, a fim de lutar por situações de violência, denunciar sofrimentos e perdas de direitos, conclamando outros/outras pessoas a também lutarem. Para as autoras,

> Suas ações fazem parte de um repertório de experiências e recursos políticos que circulam através de redes ativistas, que se replicam em dinâmicas de aprendizado e solidariedade entre pessoas que, a partir de dado momento e movidas por condições específicas, passam a se ver como parte mais ou menos exata de um 'coletivo'. 'Nós, mães', 'Nós, familiares' ou, mais raramente, 'Nós, familiares e amigos' compõem sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação política (Vianna; Farias, 2011, p. 83-84).

Tornar as famílias, mas principalmente as mulheres e mães, "parceiras estratégicas" do Estado, a fim de posicioná-las como agentes centrais de resolução de problemas sociais amplos, complexos e profundos é algo que já delineamos em outros estudos (Klein; Meyer; Borges, 2013; Klein, 2021). Isso se evidencia, sobretudo, quando as corresponsabilizamos a partir de uma discursividade que as apresenta como mais adequadas e naturalmente capazes para cumprir as condicionalidades das políticas e programas sociais contemporâneos, relacionadas, principalmente, à educação e à promoção e recuperação da saúde das crianças e demais membros das famílias. Encarregar mulheres, via discursos que falam de família, para que cumpram tarefas que o Estado vem deixando de assumir é um elemento presente tanto no ideário neoconservador quanto no ideário neoliberal.

No âmbito das políticas públicas voltadas à inclusão social, e que possuem forte articulação com o ensino das escolas públicas, destaca-se um modelo de família que ora é a família tradicional (formada por mãe, filhos e filhas e um pai ou companheiro eventual), ora baseia-se em mães-solo que, por necessitarem de uma ajuda mensal em dinheiro, tornam-se vinculadas ao cumprimento de condicionalidades. Como estudiosas e estudiosos de gênero e de sexualidade, afastamo-nos de premissas que buscam fixar nos corpos, nos gêneros e nas sexualidades explicações que tratam de denominar e descrever funções, comportamentos e sentimentos para a maternidade e/ou de legitimar e produzir feminilidades e masculinidades atreladas às necessidades e interesses do Estado, que, por meio de suas (disputas) políticas, atuam na configuração das relações de gênero.

Nossa análise pretende "torcer" algumas dessas lógicas, ao evidenciar que algumas mulheres-mães se valem justamente dessa posição de sujeito-mãe (que ama) – e que as inscreve em dinâmicas de gênero – para resistir e defender a diversidade, lutar por inclusão social e ampliar a necessidade de visibilidade e de direitos aos filhos, filhas ou filhes, a fim de tornar as instituições escolares, assim como a sociedade, espaços para aprender, socializar, acolher e proteger. Elas denunciam as LGBTfobias vinculadas aos locais de trabalho e o tratamento desigual perpetrado em instituições escolares, além de proporem ampliar conhecimentos que envolvam a diversidade e a necessidade de reconhecer diferentes existências, a exemplo do

direito ao uso do nome social, do uso dos banheiros e do reconhecimento das violências. No bojo dessas disputas estão o currículo e a educação escolar.

A metodologia utilizada na produção de dados, e em sua posterior análise, comportou os movimentos descritos a seguir. Inicialmente, nossa própria inserção neste campo de estudos nos permitiu indagar, entre colegas e projetos de pesquisa, acerca da existência de grupos e coletivos que, apoiados nos discursos familiares, buscavam por pautas de inclusão e respeito à diversidade. Para tanto, com o uso de palavras-chave (família, LGBTI+, diversidade, acolhimento, mães, filho gay, resistência), buscamos por perfis em duas plataformas, *Facebook* e *Instagram*, etapa realizada no segundo semestre de 2025. O *Instagram* revelou-se mais promissor e, nele, identificamos dois tipos de materiais: comentários de internautas em torno dos temas que nos interessavam, dispersos em muitos perfis, e dois perfis que atendiam inteiramente ao nosso propósito, em termos de organização social, pautas e movimentos políticos. Desconsideramos os comentários dispersos e focamos nos dois perfis, por meio dos quais coletamos as postagens em plataformas digitais e analisamos os dois movimentos já anunciados. O primeiro é o Mães pela Diversidade, uma ONG criada em 2014 para reunir mães preocupadas com as violências cometidas contra pessoas LGBTQIAPN+. Da mesma forma, encontramos outra organização não governamental, criada em 2021, denominada Mães da Resistência, que se propõe a atuar como um coletivo de mães, pais e familiares, buscando contribuir com a mudança de uma realidade latente de preconceito e violência contra pessoas LGBTQIAPN+, a partir da luta de suas mães, pais e familiares. A coleta teve início no quarto trimestre de 2025 e se estendeu até quase o final do segundo trimestre de 2026, intervalo temporal em que se situam os materiais reunidos, ainda que algumas postagens mais antigas tenham servido para entender melhor a natureza dos dois coletivos selecionados. A análise contemplou e combinou pressupostos e orientações da análise de conteúdo, particularmente retiradas das obras de Bardin (2016), Batista, Oliveira e Camargo (2021) e Sampaio *et al.* (2023).

Importante destacar que nosso movimento de pesquisa ocorre em ambiente virtual aberto, de acesso público e irrestrito, condição que permite a análise dos materiais disponibilizados nos referidos ambientes (Comité de Ética em Pesquisa, 2020). Embora façamos o acompanhamento destes perfis há algum tempo, para a escrita deste artigo focamos na coleta de dados nos meses de maio e julho de 2026. Analisamos as páginas do *Instagram* de ambas as organizações e mapeamos determinados conteúdos como material empírico para a produção da presente análise (Mães pela Diversidade, 2026a; Mães da Resistência, 2026a).

Exploramos as páginas de modo amplo, elencando recorrências sobre as pautas circulantes, as quais mobilizam discursos que reiteram a potência da maternidade para/na defesa dos seus filhos e filhas, porém distanciando-se do conservadorismo e da violência sobre a população LGBTQIAPN+. Nesse movimento exploratório, encontramos, produzidos pelo grupo Mães pela Diversidade, materiais orientadores para "famílias, educadores e profissionais", ou seja, cartilhas de acesso irrestrito, disponibilizadas no site do grupo anteriormente referido e veiculadas em sua página do *Instagram*.

Entendemos a rede social *Instagram* como um espaço profícuo de pesquisa nos tempos atuais, como um artefato tanto cultural quanto pedagógico, "visto que é um ambiente virtual que tem possibilitado ampla comunicação e múltiplas aprendizagens para bilhões de pessoas no mundo" (Magalhães; Vargas; Ribeiro, 2024, p. 241). No Brasil, o *Instagram* é a rede social mais conhecida pelas e pelos jovens e perfila-se, assim como *WhatsApp* e *YouTube*, como uma das três mais acessadas por toda a população. O *Instagram* contabiliza, até junho de 2026, o número de mais de 165 milhões de usuários/as/es, o que representa um percentual maior que 70% da população brasileira (NapoleonCat, 2026). Vê-se que o alcance da rede é incontestável, e a análise que percorre as produções nela circulantes é desafiadora para pesquisadores/as, que devem "[...] buscar e (re)pensar as estratégias e os modos de caminhar na pesquisa a todo momento, visto que se trata de um espaço em permanente expansão, atualização do seu conteúdo e interação de diferentes sujeitos em seus distintos contextos" (Magalhães; Vargas; Ribeiro, 2024, p. 241).

Ao assumirem lutar pela diversidade, tornam-se um coletivo em que acionam de forma recorrente o amor e a maternidade para "transformar" as relações na escola, com professores/as e com outras famílias, propondo reflexão para tornar as casas e as escolas locais seguros, assim como para refletir sobre a evasão escolar de crianças e jovens LGBTs nas escolas, como se vê nas publicações abaixo:

> Quando uma criança ou adolescente deixa a escola, costumamos perguntar: 'Por que ela desistiu?'
> Mas talvez a pergunta mais importante seja: o que aconteceu para que permanecer na escola se tornasse impossível?
> A evasão escolar não acontece de um dia para o outro, ela costuma ser o resultado de um processo marcado por faltas frequentes, dificuldades de permanência e, muitas vezes, por diferentes formas de violência.
> Para estudantes LGBTQIA+, esse caminho pode ser ainda mais difícil. Bullying, LGBTfobia, desrespeito ao nome social, discriminação e a falta de acolhimento fazem com que a escola, que deveria ser um espaço de proteção, se torne um ambiente de medo e exclusão.

> Essas desigualdades também têm raça, sexualidade e gênero. Estudantes negros, pessoas com deficiência e, especialmente, pessoas trans enfrentam barreiras ainda maiores para permanecer na escola e concluir a Educação Básica [...] (Mães pela Diversidade, 2026b, postagem de 17 jul. 2026).

> [...] Para muitas crianças e adolescentes LGBTQIA+, a escola ainda pode ser um espaço marcado por bullying, LGBTfobia, exclusão e desrespeito. E quando o ambiente deixa de ser seguro, aprender passa a ser um desafio.
> Por isso, conversar, acolher, registrar situações de violência e cobrar uma resposta da escola são passos fundamentais. E, quando necessário, a família também pode recorrer aos canais oficiais de proteção para garantir que esse direito seja respeitado.
> Se você quer entender melhor como identificar situações de violência e conhecer os caminhos para proteger sua filha, filhe ou filho, comente 'cartilha' e enviaremos gratuitamente a Confie na Diversidade no direct (Mães pela Diversidade, 2026c, postagem de 10 jul. 2026).

> A violência na escola nem sempre aparece em forma de agressão física.
> Ela também pode estar nas piadas que se repetem, nos apelidos, na exclusão de atividades, no desrespeito ao nome social ou no silêncio diante da discriminação.
> Para muitas crianças e adolescentes LGBTQIA+, essas situações fazem parte da rotina. E, quando não são reconhecidas e interrompidas, podem comprometer a saúde mental, o aprendizado e até levar à evasão escolar.
> Professores e toda a comunidade escolar têm um papel fundamental nesse processo. Identificar sinais de violência, acolher quem sofreu a agressão, registrar as ocorrências e acionar a rede de proteção quando necessário são atitudes que ajudam a construir uma escola mais segura para todas as pessoas [...] (Mães pela Diversidade, 2026d, postagem de 18 jul. 2026).

Utilizando-se de recursos pedagógicos comuns na cultura escolar, as mães produzem as cartilhas *Confie na Diversidade: Sugestões Afetivas para Combater a Evasão Escolar* (Mães pela Diversidade, 2026g) e *Confie no Amor: Conselhos para Mães, Pais e responsáveis por Pessoas LGBTQIA+* (Mães pela Diversidade, 2024). O objetivo destes materiais é orientar as instituições escolares a reconhecer e interromper a discriminação e os ciclos de violência, a fim de fortalecer o sentimento de pertencimento dos/as estudantes. A argumentação desenvolvida ancora-se em atributos tradicionalmente mobilizados pela representação materna – afeto, cuidado e proteção – para, a partir deles, evidenciar a violência inerente a posturas e práticas conservadoras. Ademais, é imperioso reiterar que os índices de violência contra a população LGBTQIA+ no cenário nacional permanecem alarmantes. Conforme asseverado na introdução deste estudo, as articulações promovidas por setores da extrema direita tensionam diretamente a supressão de quaisquer garantias existenciais e de direitos dessa população, inviabilizando, inclusive, seu pleno reconhecimento e sua legítima representação no ambiente escolar.

Nesse cenário, o amor materno segue como um imperativo que, aliado às ações das mulheres-mães, segue uma gramática para orientar, lutar e transformar as relações, envolvendo a participação em paradas do orgulho, o esclarecimento de dúvidas sobre a sigla, as formas de acolhimento, reconhecimento e denúncia das violências sexuais e de gênero. Elas usam

camisetas, abanam leques e bandeiras coloridas, reafirmam seu orgulho, defendem as existências, pertencimentos e, para isso, debatem política:

> Em todo período eleitoral, a mesma pergunta costuma aparecer, ou melhor, a mesma acusação: 'A comunidade LGBTQIA+ quer destruir as famílias'. A luta da comunidade LGBTQIA+ sempre foi pelo direito de existir, amar, permanecer junto de quem se ama e construir famílias com dignidade e proteção. Foi essa mobilização que ajudou a conquistar direitos como o casamento civil igualitário, a adoção por casais homoafetivos e o reconhecimento de diferentes configurações familiares.
> Ao mesmo tempo, milhares de mães, pais e familiares seguem mobilizados para defender algo ainda mais básico: o direito de seus filhos, filhas e filhes viverem sem medo da violência, da discriminação e da exclusão (Mães pela Diversidade, 2026e, postagem de 9 jul. 2026).

> A Resolução CFM 2455/2026 continua tratando pessoas intersexo como patologia e permitindo que médicos definam um "sexo de criação" adequado ao padrão binário, sem critérios objetivos e sem escutar a pessoa mais afetada por essa decisão.
> Pessoas intersexo nascem com características corporais, hormonais ou cromossômicas que não se encaixam nas definições médicas convencionais de masculino ou feminino. Isso não é um problema a ser corrigido, e há décadas organizações de direitos humanos vêm dizendo isso com todas as letras (Mães pela Diversidade, 2026f, postagem de 12 maio 2026).

A cartilha constitui uma importante ferramenta estratégica adotada pela organização Mães da Resistência, visando ao acolhimento, engajamento e fortalecimento de ações voltadas ao amparo e à defesa de seus filhos. O conceito de família é potencializado como espaço de cuidado de seus membros, independentemente das normativas acerca do gênero e da sexualidade, conforme se observa na postagem a seguir:

> Sim LGBT tem e é família! [...] O Seminário das Mães da Resistência reuniu formação, informação, acolhimento e debate político! Sendo encerrado com o lançamento da atualização da Cartilha de acolhimento das Mães.
> Discutindo: 'Família, acolhimento e enfrentamento à LGBTfobia', 'Interseccionalidade e Direitos Humanos', 'Mobilização Social e Incidência Política' [...] (Mães da Resistência, 2026b, postagem de 17 jun. 2026).

A referida cartilha, intitulada *Letramento para Mães que Resistem* (Mães da Resistência, 2023), foi lançada originalmente em 2023 pela organização em questão e propõe-se a ser um material orientador voltado para mães e familiares de pessoas LGBTQIAPN+, preconizando acolhimento, compreensão e respeito à diversidade sexual e de gênero. Entre as dimensões dos direitos civis e do campo da saúde para a população LGBTQIAPN+, a cartilha também busca tranquilizar as mães, afastando os ideários de culpa e/ou irresponsabilidade sob os processos de descoberta da orientação sexual ou identidade de gênero de seus filhos/as/es. Nesse ponto, é possível identificar um potencial elemento diferenciador entre os discursos direcionados às mães nos distintos espectros ideológicos: enquanto nas narrativas associadas à extrema direita se depreende uma responsabilização culpabilizante das mulheres cujos filhos e filhas divergem

dos padrões da cis-heteronormatividade, no movimento "Mães da Resistência" essa lógica é desconstruída, com base no pressuposto de que não há erro ou equívoco em uma existência diversa.

A resistência, mobilizada pelo segundo movimento aqui investigado, torna-se outra bandeira de luta ao assumir os sentidos de defesa, proteção, pluralidade, orgulho, lutas jurídicas, casamento e adoção por casais homoafetivos. Soma-se a isso o reconhecimento de que todas essas lutas também envolvem a reflexão sobre o racismo, a homofobia, o capacitismo, o acesso à educação, aos tratamentos hormonais e ao trabalho. Vejamos, a seguir, uma publicação que aborda o direito de assumir-se (existir) como fator de proteção e saúde:

> Quanto mais a gente esconde a nossa identidade, maior tende a ser o nosso nível de estresse e ansiedade. Essa é uma das constatações de um estudo conduzido por pesquisadores da Yale School of Public Health, publicado na revista científica Psychological Bulletin em 2020. Foi feita uma análise que reuniu 193 estudos independentes com 92.236 participantes LGBT+ e a conclusão principal foi: 'Quanto maior o grau de ocultação da orientação sexual, maior a probabilidade de apresentar problemas de saúde mental internalizantes, como ansiedade, depressão, sofrimento psicológico e transtornos alimentares [...]' (Mães da Resistência, 2026c, postagem de 19 jun. 2026).

Podemos pensar que os movimentos "Mães pela Diversidade" e "Mães da Resistência" operam uma reconfiguração política do conceito de maternidade. Ao se constituírem como coletivos de proteção, essas organizações subvertem a lógica conservadora que, historicamente, instrumentaliza uma determinada representação de maternidade voltada à manutenção de padrões cis-heteronormativos e à culpabilização das famílias diversas. As mães em questão valem-se, entre tantas potencialidades, da desobediência feminista destacada por Ivone Gebara (Diniz; Gebara, 2022, p. 274-275), para quem: "Nós, mulheres, estamos desobedecendo o estado de falsa democracia, denunciando a usurpação de seus poderes. Estamos gritando juntas para estabelecer outras leis e outra ordem para além das naturalizações próprias".

À guisa de conclusão

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, art. 2º).

Em consonância com a LDB atual, família e Estado atuam para a educação das futuras gerações em nosso país. Sucessivas interpretações desse dispositivo legal consolidaram o entendimento de que a educação das crianças e dos jovens é dever da família e do Estado, com a colaboração da sociedade, e é direito da criança ou do jovem. O entendimento consolidado

por decisões de vários tribunais e instâncias indica que tanto o Estado quanto a família e a sociedade, são instâncias dotadas de autonomia própria. No caso da escola, a autonomia é assegurada também, de modo expresso, em nossa constituição federal. Dessa forma, o empreendimento educacional de crianças e jovens é um esforço conjunto, em que cada ente envolvido é dotado de autonomia, mas deve realizar prestações para efetivar o direito à educação das crianças e dos jovens. A escola é uma instituição pública, tem suas regras de ação em sintonia com a noção de espaço público republicano, que comporta a exigência de conhecimentos cientificamente validados. A família, por sua vez, é uma instituição pertencente à esfera privada, submetida à proteção, regulamentação e, em determinadas situações, à intervenção do Estado. A atuação dos Conselhos Tutelares, órgão legal de proteção da infância, pode originar intervenções na esfera familiar, incluindo o afastamento dos filhos e filhas dos próprios pais. Ou seja, tal qual outra e qualquer instituição – escola, comércio, banco, associação desportiva, associação de bairro etc. – a família obedece às leis do ordenamento jurídico existente.

É fundamental observar que os princípios de liberdade e solidariedade humana ocupam o núcleo dos processos educativos, sejam eles conduzidos pela família ou pelas instituições de ensino que representam o Estado. Igualmente relevante é reconhecer que o ordenamento jurídico brasileiro assegura a igualdade de direitos entre pessoas negras e brancas, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, casados ou solteiros, ricos ou pobres, independentemente de filiação religiosa, partidária ou de qualquer adesão ideológica, com ou sem deficiência. Diante de tais premissas, como conceber práticas educativas que inibem, coagem ou violentam formas de ser e de viver – como se verifica recorrentemente nas escolas brasileiras em relação à população LGBTQIAPN+? Como não denunciar discursos de natureza conservadora, quando não portadores de elementos próprios do fascismo, com afirmações misóginas, práticas homofóbicas e argumentos supremacistas, que defendem exclusivamente os valores do cristianismo e desqualificam todas as demais confissões religiosas?

Podemos inferir que as mães dos movimentos aqui analisados lutam por escolas para todos/as/es, fazendo valer o disposto pela nossa própria LDB, fazendo com que essas instituições sejam espaços de acolhida e respeito. Para tanto, mobilizam conteúdos em redes sociais, como o *Instagram*, e produzem materiais diversos, como estratégias de formação e aproximação de outras mães e/ou familiares de pessoas LGBTQIAPN+. A maternidade, quando mobilizada por coletivos organizados como o "Mães pela Diversidade" e o "Mães da Resistência", deixa de ser uma categoria naturalizada de cuidado doméstico para se constituir

como uma poderosa agência política. A investigação evidencia que esses grupos não apenas reagem ao projeto neoconservador: operam uma verdadeira "torção" estratégica na própria gramática da maternidade. Ao reivindicarem o direito de existir e de cuidar, subvertem o papel de "guardiãs da moral" que lhes é tradicionalmente imposto, convertendo-o em dispositivo de defesa dos direitos humanos e da laicidade escolar.

O discurso da mulher que acolhe, cuida da prole, alimenta, protege e se doa aos filhos – historicamente instrumentalizado pelas forças conservadoras para confinar a mulher à esfera doméstica – é ressignificado por esses coletivos justamente para projetar as mães na esfera pública, onde passam a enfrentar outros discursos e ideologias. Um achado relevante desta pesquisa é a descrição e análise de como as modalidades de resistência familiar desses dois coletivos podem reconfigurar dinâmicas escolares e curriculares, além de interpelar o avanço conservador.

Além disso, a análise destaca que a fronteira entre família e escola, frequentemente tensionada pelo discurso da extrema direita, possui um potencial criativo subutilizado. O argumento tradicional, mobilizado pelos discursos conservadores, é aquele que tenta colonizar o espaço público da escola por valores próprios da esfera doméstica, no caso valores da família, no singular, da religião, igualmente no singular, e da classe social, em sintonia com os valores das classes médias. Ao produzirem materiais didáticos, cartilhas de letramento e estratégias de acolhimento, esses movimentos demonstram que a articulação entre saber acadêmico, experiência da diversidade e incidência política pode converter a escola em ambiente de proteção social efetiva. As famílias representadas pelos coletivos em análise situam suas preocupações de cuidado e proteção em sintonia tanto com os valores da esfera pública quanto com os princípios expressos no ordenamento jurídico brasileiro.

O conjunto de forças políticas, que se alinha em torno das extremas direitas, do ideário neoconservador e neoliberal, articula-se em discursos e proposições de políticas públicas no sentido de retirar direitos de expressão e, inclusive, do direito a uma vida digna para as minorias, no caso aqui em análise a retirada dos direitos dos grupos LGBTI+, mas também com bastante pressão em torno dos direitos já conquistados de mulheres, negros e negras, povos originários e indígenas, populações quilombolas, e até mesmo de pessoas com deficiência. A garantia de boa trajetória escolar, com reais possibilidades de aprendizagem, tem sido buscada por esses grupos como elemento de melhoria de vida e de acesso a oportunidades de trabalho e reconhecimento social. As mães dos dois coletivos aqui analisados articulam sua ação política

na estratégia da resistência a tais ataques, buscando garantir um cotidiano escolar inclusivo e de direitos de aprendizagem a seus filhos/as/es.

Ao produzir seus discursos conjugando tanto os tradicionais valores associados à figura materna – cuidado, afeto, atenção, segurança, acolhida – quanto os valores expressos em nosso ordenamento jurídico – direito à educação, educação em sintonia com os direitos humanos, educação democrática, igualdade de todos/as/es perante a lei, direito de aprender, liberdade de ensinar –, tais movimentos sociais produzem uma importante inovação nas fronteiras entre cultura escolar e cotidiano familiar. Uma sociedade mais inclusiva e mais plural está no horizonte dessas demandas, que também introduzem novas dinâmicas pedagógicas no cotidiano escolar, recriando táticas e estratégias educacionais em sintonia com as pedagogias de emancipação.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduarda Cristina dos Santos; NEGRÃO, Felipe da Costa. Pesquisas sobre alfabetização científica em processos de formação de professores. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, São José, v. 3, n. 4, p. 113-127, 2021. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/pt_BR/article/view/257. Acesso em: 16 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Heloísa Fernanda Francisco; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CAMARGO, Carolina Ortiz de. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 48-62, 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/42. Acesso em: 16 maio 2026.

BOULOS, Renata; ROCHA, Aline. **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2025**. Brasil: ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, 2026.

BRASIL. **Decreto nº 52.682, de 14 de outubro de 1963**. Declara feriado escolar o dia do professor. Brasília, DF: Presidência da República, 1963. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52682-14-outubro-1963-458043-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 17 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional da Família. **Série Fatos e Números**: casamentos e uniões estáveis no Brasil. Brasília: Observatório Nacional da Família, s.d.a.

BRASIL. Secretaria Nacional da Família. **Série Fatos e Números: arranjos familiares no Brasil**. Brasília: Observatório Nacional da Família, s.d.b.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Vide Editorial, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2020.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FAMÍLIA. Intérprete: MC Tikão. Compositores: MC Tikão; É O Caverinha; MC Palinha. Rio de Janeiro: 3N Produtora, 2018. 1 single. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_aJ_UfQzPJs. Acesso em: 26 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: nupcialidade e família: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação apostólica "Familiaris Consortio" de Sua Santidade João Paulo II ao episcopado, ao clero e aos fiéis de toda a igreja católica sobre a função da família cristã no mundo de hoje**. Vaticano: Santa Sé Dicastério de Comunicação, 1981.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta do Papa João Paulo II às famílias** – Gratissimam Sane. Vaticano: Santa Sé Dicastério de Comunicação, 1994.

KLEIN, Carin. Maternidades em contextos educativos do PIM/RS. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n162011. Acesso em: 17 jun. 2026.

KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann; BORGES, Zulmira Newlands. Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e a educação da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 906-923, 2013. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1944. Acesso em: 17 jun. 2026.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Letramento para mães que resistem: uma cartilha para mães e familiares de pessoas LGBTQIAPN+**. [S. l.]: Mães da Resistência, 2023. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Cartilha_Maes_da_Resistencia_2023_compressed.pdf. Acesso em: 16 nov. 2026.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Perfil**. Brasil, 2026a. Disponível em: https://www.instagram.com/maesdaresistencia. Acesso em: 02 maio 2026.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Acolhimento de/para famílias LGBTQIAPN+**. Postagem de 17 jun. 2026. Brasil, 2026b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DZsIVZajjM5/?img_index=1. Acesso em: 12 jul. 2026.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Quanto mais a gente esconde a nossa identidade, maior tende a ser o nosso nível de estresse e ansiedade**. Postagem de 19 jun. 2026. Brasil, 2026c. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DZxLCqgRwdi/. Acesso em: 12 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Confie no amor: conselhos para mães, pais e responsáveis por pessoas LGBTQIA+**. [S. l.]: Mães pela Diversidade, 2024. Disponível em: https://maespeladiversidade.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Cartilha-Confie-no-Amor.pdf. Acesso em: 16 nov. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Cartilhas e orientações**. São Paulo, 2025. Disponível em: https://maespeladiversidade.org.br/cartilhas-e-orientacoes/. Acesso em: 02 maio 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Perfil**. Brasil, 2026a. Disponível em: https://www.instagram.com/maespeladiversidade/. Acesso em: 02 maio 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Por que a evasão escolar afeta tanto pessoas LGBTQIA+?** Postagem de 17 jul. 2026. Brasil, 2026b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Da3kockkcmI/?img_index=1. Acesso em: 26 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Sua filha, filhe ou filho não quer mais ir para a escola?** Postagem de 10 jul. 2026. Brasil, 2026c. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Dan3SkDEdVs/?img_index=. Acesso em: 16 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Professor**: você saberia identificar sinais de lgbtfobia em sala de aula? Postagem de 18 jul. 2026. Brasil, 2026d. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Da8VbdJDolG/?img_index=1. Acesso em: 26 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Sempre que chega o período eleitoral dizem**. Postagem de 9 jul. 2026. Brasil, 2026e. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DalCwjFDTcX/?img_index=1. Acesso em: 16 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **O Conselho Federal de Medicina acabou de decidir sobre o corpo de crianças intersexo – sem ouvi-las**. Postagem de 12 maio 2026. Brasil, 2026f. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DYPwHVTDk3y/?img_index=1. Acesso em: 16 jul. 2026.

MÃES PELA DIVERSIDADE. **Confie na diversidade: sugestões afetivas para combater a evasão escolar**. [S. l.]: Mães pela Diversidade, 2026g.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; VARGAS, Juliana Ribeiro de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Análise cultural no Instagram: uma estratégia metodológica potente para pesquisas no ciberespaço. *In:* OLIVEIRA, Danilo Araujo de; SILVA-SILVA, Luiza Cristina; SALES, Shirlei (org.). **Metodologias de pesquisas científicas no ciberespaço/cibercultura**. Curitiba: Appris, 2024. v. 1, p. 227-244.

MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (org.). **Democracias em crise, teorias em transe**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAPOLEONCAT. **Social media users in Brazil**: Instagram users in Brazil. 2026. Disponível em: https://stats.napoleoncat.com/instagram-users-in-brazil. Acesso em: 28 jul. 2026.

NEGRO DRAMA. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Mano Brown; Edi Rock. In: RACIONAIS MC'S. **Nada como um dia após o outro dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 2 CDs, CD 1, faixa 5.

OXFAM BRASIL. **Um retrato das desigualdades brasileiras**: 10 anos de desafios e perspectivas. São Paulo: OXFAM Brasil, 2024.

OXFAM BRASIL. **Relatório resistindo ao domínio dos ricos**: defendendo a liberdade contra o poder dos bilionários. São Paulo: OXFAM Brasil, 2026.

SAFATLE, Vladimir. Para a esquerda, morrer é só o começo. **Instituto Humanitas UNISINOS**, São Leopoldo, 28 fev. 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596625-para-a-esquerda-morrer-e-so-o-comeco-artigo-de-vladimir-safatle. Acesso em: 17 jun. 2026.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes; CODATO, Adriano; MARIOTO, Djiovanni Jonas França; BITTENCOURT, Maiane; NICHOLS, Bruno; SANCHEZ, Cristiane Sinimbu. Mapeamento e reflexões sobre o uso da análise de conteúdo na SciELO - Brasil (2002-2019). **New Trends in Qualitative Research**, Aveiro, v. 15, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/pt/article/view/747. Acesso em: 17 jun. 2026.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 48-57, 2016. Disponível em: https://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.201.05. Acesso em: 17 jun. 2026.

SEFFNER, Fernando. Desigualdade, insubmissão, democracia e estratégias de equidade em questões de gênero e sexualidade. *In:* MARCONDES, Mariana Mazzini; OLIVEIRA, Aline Juliana; VALE, Felipe Beserra (org.). **Dossiê das desigualdades**. Natal: SEDIS-UFRN, 2023. p. 35-46.

SEFFNER, Fernando; BARZOTTO, Carlos Eduardo. Tira gênero, bota gênero: cultura escolar, diversidade e desigualdade. **Revista Interterritórios**, Recife, v. 10, n. 1, p. 01-24, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/262077/46749. Acesso em: 17 jun. 2026.

SEFFNER, Fernando; KLEIN, Carin; VARGAS, Juliana Ribeiro. Escolas, famílias e instituições religiosas: tensões e resistências. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, n. 1, e96115, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/tFC8gNwPFb4LVTDDZHckdCN/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 17 jun. 2026.

SEFFNER, Fernando; SATURNINO, Edison. Diferença e semelhança, igualdade e desigualdade, diversidade e conformidade nas disputas da cultura escolar. *In:* BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; MEDEIROS, Priscila Martins de; DUQUE, Tiago (org.). **Além da identidade**: diferenças em corpo, imagem e palavra. Catalão: Letras do Cerrado, 2025. p. 140-156.

SEFFNER, Fernando; VARGAS, Juliana Ribeiro de; KLEIN, Carin. Gênero e sexualidade: novas conquistas em direitos e renovadas violências. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 35, n. 3, 2025. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/15217. Acesso em: 12 mar. 2026.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 12 mar. 2026.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 12 mar. 2026.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global gender gap report 2026 insight report**. Geneva: World Economic Forum, 2026.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Juliana Ribeiro de Vargas. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/2953663127121446

Carin Klein. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal do Rio Grande. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/7168696937800022

Fernando Seffner. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/2541553433398672

Como citar

VARGAS, Juliana Ribeiro de; KLEIN, Carin; SEFFNER, Fernando. Minha família, a família dos outros e todas as outras com seus/suas filhos/as/es na escola pública. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 19, n. 3, e79885, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.79885.